A TRIBUNA
Publicado em 28/04/2024 - 05:51

Reforma tributária: MEI terá transição e redução de gasto

MEIs terão alívio com novos impostos implementados

Microempreendedor individual possui regime de tributação próprio, mas será afetado

DE SÃO PAULO

Os microempreendedores individuais (MEIs) fazem parte de um regime de tributação próprio, mas terão um pequeno alívio com a implementação do Imposto de Valor Agregado (IVA), instituído pela reforma tributária.

A proposta de regulamentação apresentada pelo Governo Federal prevê uma redução de R$ 6 para R$ 3 nos boletos que precisam ser pagos mensalmente. Hoje, os MEIs pagam R$ 66 de contribuição previdenciária, o que não muda, e mais R$ 1 de ISS (municipal) e R$ 5 de ICMS (estadual). Pela proposta, essa soma será reduzida à metade, para R$ 3, ao término da transição.

"Será R$ 1 para o CBS e R$ 2 para o IBS, totalizando R$ 3. É uma redução simbólica, porque o recolhimento da MEI hoje é muito baixo", explicou o secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy.

A CBS será o novo tributo federal, substituindo os atuais PIS, Cofins e IPI. Já o IBS será de Estados e municípios, substituindo o ICMS (estadual) e o ISS (municipal).

TRANSIÇÃO

Essa transição começará em 2027. Nesse ano, no entanto, haverá pequeno aumento de carga, com pagamento de R$ 1 de ICMS, R$ 5, de ISS, e mais R$ 1 de CBS e IBS, totalizando R$ 7.

A partir de 2029, os impostos que existem hoje vão caindo gradualmente, com aumento dos novos impostos de valor agregado. Em 2033, a transição será finalizada e o valor chegará a R$ 3, segundo a proposta do governo, que precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional. (Estadão Conteúdo)

BRANDY RIBAS - 12/4/19

Hoje, os MEIs pagam R$ 66 referentes à contribuição previdenciária

Regulamentação não terá relator único

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que a regulamentação da reforma tributária não deve ter um relator único e que preservará o tratamento diferenciado de setores que são vitais para o País. As declarações foram dadas na solenidade de abertura da 89ª edição da ExpoZebu, ontem, em Uberaba (MG).

"Não vamos fazer relatores únicos (para reforma tributária). Faremos grupos de trabalho com deputados que não tenham interesse nas áreas que serão tratadas para que a gente faça um enxugamento, se Deus quiser, nos cerca de 400 artigos", explicou o parlamentar, complementando: "Precisamos ter uma reforma que dê segurança jurídica a quem paga imposto, mas setores vitais precisam e vão ter tratamento diferenciado".

Ao se dirigir aos presentes no evento - além de representantes do agro, havia políticos - Lira fez uma analogia para dimensionar as dificuldades de atender a todos os pedidos por mudanças. "Eu só reforço a tese de que dentro de uma Kombi não cabem passageiros de um ônibus ou um trem. Dentro de uma Kombi só cabem os passageiros de uma Kombi. Vamos discutir tudo com muita transparência".

PROJETO

O governo entregou, na última quarta-feira, o projeto que é a espinha dorsal da regulamentação da reforma tributária.

O texto traz a regulamentação da Contribuição sobre bens e serviços (CBS, que ficará com a União), do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, a ser repartido entre estados e municípios), o Imposto Seletivo (IS, um tipo de imposto do pecado que incide sobre produtos que fazem mal à saúde e ao meio ambiente), e disposições sobre a Zona Franca de Manaus, áreas livres de comércio e outros. (EC)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.